

IDEOLOGIA E PRÁTICA PSICANALÍTICA

FRANCISCO RAMOS DE FARIAS

RESUMO

Este trabalho constitui um esboço crítico sobre a vinculação entre a ideologia e o processo de ideologização que incide na prática psicanalítica.

Apesar da permissão de que toda prática deve ter uma incursão na teoria, por vezes na prática psicanalítica encontram-se influências de outras determinações, além do instrumental teórico proposto por Freud, isto porque há na teoria impasses e ambiguidades que não são passíveis de alcançar uma saturação empírica. Disso decorre um dado fechamento ideológico quando se utiliza o instrumental teórico a nível de intervenção, visando uma transformação do real. O resultado dessas distorções é a aparente firmeza que essas ambiguidades da teoria apresentam na prática.

A par dessas limitações, faz-se necessária uma constante reformulação tanto no campo da teoria quanto no campo da prática, considerando a possibilidade de transformação real num objeto real, ao invés de se deter nas aparências, para se efetuar um distanciamento das determinações ideológicas. Resta salientar que, embora seja necessário esse distanciamento, a ideologia é parte integrante do desenvolvimento da história.

ABSTRACT

Ideology and Psychoanalytic Practice

This article presents a critical sketch of the relationship between ideology and the process involved in the formation of ideologies which permeate psychoanalytic practice. In spite of the premise that all practical work should be based upon a theoretical foundation, often one encounters in the reality of clinical practice influences from sources other than Freudian theory. This is the result of ambiguities and impasses which are difficult to confirm empirically. This causes ideological

limitations when applied to practical interventions. When one attempts to apply theoretical concepts on the level of clinical interventions, with the objective being a transformation of reality, one encounters ideological limitations. The result of these distortions cause apparent certainties resulting from ambiguities in theoretical formulations when applied in clinical practice. Recognizing these limits, it is necessary to constantly reformulate, on both a theoretical and practical level, taking into account the transformation of the real into real objects, rather than remaining on the level of appearances in order to obtain an ideological distance. It is important to emphasize that although achieving an ideological distance is important, ideology is an integral part of historical development.

I

“Depois de uma revolução teórica é necessário ainda uma luta extremamente longa e dura no domínio do teórico e do ideológico para estabelecer, fazer reconhecer e triunfar o novo pensamento que funda uma nova ideologia e uma nova prática política. Enquanto esta longa luta não triunfar, a revolução na sociedade e a revolução no pensamento correm um grande risco: o de serem esmagadas pelo antigo mundo e caírem direta ou indiretamente sobre o seu jugo.”

(L. Althusser — Sobre o Trabalho Teórico).

Como se sabe, a tese hegeliana acerca das idéias como fundamento último da realidade, não foi aceita por Marx (1982), para quem esta se observa em termos de materialidade tanto na produção quanto nas relações de produção. Por este motivo, aparecem no seu sistema teórico noções como capital, trabalho, modo da produção, classe dominante, classe dominada e ideologia. Esta define-se como um reflexo do modo de produção e das articulações desse processo. Considera a ideologia como referente a classe dominante. Não obstante, a equivalência entre ideologia e classe dominante não pode ser considerada em termos de prática, visto que existem sistemas ideológicos nas classes dominadas. Portanto, a ideologia pode ser concebida como causa e efeito, quer dizer: produtora e produto. É neste contexto que se abre uma discussão entre ideologia e psicanálise.

A psicanálise, seja como filosofia, seja como ciência, não está isenta do açambarcamento ideológico. Embora muitos de seus teóricos acreditem que suas produções sejam o resultado de um trabalho de depuração metodológica, no qual evidencia a expurgação das principais influências ideológicas, isto nem sempre acontece. A esse respeito vale destacar Reich (1972) e Marcuse (1981) para situar dois teóricos entre tantos outros.

O primeiro, posicionando-se sobre a constituição da personalidade humana, da sociabilidade e a sexualidade naturais, concebeu que a cultura atua de modo a produzir deformações no caráter. Por isto, numa síntese política, criou espaços de higiene sexual, com o objetivo de despertar nas massas uma consciência de seu potencial sexual. Esta conscientização seria o aspecto fundamental para a transformação do sistema social.

Marcuse (1981) tentou fazer uma leitura de Freud utilizando as proposições hegelianas. Para tanto, elaborou noções que permitiram uma aproximação entre a teoria freudiana e a marxista. A sua tese central é a de que numa sociedade, os desejos e aspirações do indivíduo se colocam a serviço do processo de produção. Neste caso, há a repressão das necessidades profundas com conseqüente mercantilização das satisfações.

Essa aproximação entre ambas as teorias é algo de certo modo perigoso, pois Marx possivelmente ignorou a psicanálise, e se a tivesse conhecido, tê-la-ia julgado como parte da super-estrutura de certo sistema econômico. Com relação a Freud sabemos que conheceu o marxismo, mas que não lhe dedicou tanta atenção. Seja num caminho ou noutro, o posicionamento é insustentável a nível de procedimento metodológico.

É bem verdade que Marx se referiu à noção de inconsciente, como uma categoria de falsa consciência, mas estes conceitos não mantêm qualquer vinculação com o conceito freudiano de inconsciente. Em Freud (1974), tal conceito se refere evidentemente a uma sintaxe de leis específicas de funcionamento,⁽¹⁾ e não somente como algo que não é consciente.

Poderíamos tentar encontrar outro parentesco se considerarmos a teoria psicanalítica relacionada às noções de infra-estrutura e super-estrutura. Mas, embora a teoria do inconsciente, das pulsões, da segunda tópica, possam ser enunciadas em conformidade com os conceitos marxistas, os conceitos freudianos são metapsicológicos, e não se atrelam aos conceitos da teoria marxista que exprimem relações concretas. Além do mais, a concepção econômica da teoria freudiana está relacionada a uma quantidade de energia psíquica, e não ao conceito ou à teoria econômica de Marx que se deriva das relações concretas de produção. Em suma, qualquer tentativa de articulação do marxismo com a psicanálise ao nível de prática, produziria apenas noções vagas, ideológicas, ou ainda poderia transformar conceitos científicos em ideológicos para adequá-los ao uso neste caso indevido, como fez Reich.

Sendo assim, é ao nível da prática da psicanálise que a situação é mais complicada. Portanto, para evitar essas incursões ideológicas na ciência psicanalítica, deve-se, em princípio, se empenhar num esforço para estabelecer as bases teórico-clínicas que revistam a prática.

Outra dificuldade que seguramente incorre também ao exercício de psicanálise, é a possibilidade do praticante transformar o saber em poder. Por isso, é

1— Em Freud, o inconsciente responde por um conjunto de leis que são ocultas ao sujeito e portanto não decorrem apenas de um conhecimento consciente.

conveniente que todo praticante esteja cômico daquilo que Bachelard (1977), denominou de ruptura epistemológica para que, simultaneamente ao seu exercício prático, esteja constantemente envolvido numa tarefa de reflexão crítica.

II

Ao visualizarmos o homem em sua subjetividade e, especialmente, em se tratando da clivagem radical que Freud (1974) assinalou, temos que reconhecer um intercâmbio constante caracterizado por uma relação dialética do homem com o meio em que vive, ou seja, trata-se do modo pelo qual a natureza atua sobre o homem, modificando-o através de seus agentes e também como sofre alterações decorrentes da atuação do homem, como conseqüência do trabalho e da organização social.

No intuito de efetuar determinadas transformações, o homem se utiliza do instrumental disponível ou cria um instrumental, empregando métodos científicos que estão disponíveis.

De um modo ou de outro, a utilização de um instrumental está sempre presente em qualquer processo de transformação executada pelo homem, necessário para garantir a sobrevivência humana, o que requer um conhecimento cada vez maior do meio. Este conhecimento como uma aquisição progressiva se constitui como um "quantum" de saber organizado num corpo teórico, transmissível através das gerações. Objetiva-se aí um emprego prático (Mora et alii, 1982), o que propicia ao homem uma reflexão que recai em última instância num questionamento do homem sobre a teoria do conhecimento. Esta atitude de suspeita possibilita uma aproximação à realidade externa que se faz numa tarefa epistemológica conforme propôs Bachelard (1972).

Cabe ressaltar que acerca dessa problemática, existem diferentes teorias. De las, duas doutrinas representam os pontos de vista mais críticos e opostos de toda especulação. De um lado, o empirismo sustentou a tese de que o conhecimento provém dos sentidos, sendo então a única aproximação possível da realidade aquela que se efetua através de uma experiência prática imediata. Somente assim pode-se chegar a uma generalização do conhecimento, o que pressupõe uma negação de todos os tipos de especulação.

A outra doutrina, o racionalismo, admite a existência primeira da razão sobre a experiência. Assim, se caracteriza todo um sentido imanente prévio a todo objeto de conhecimento. Este tipo de formulação teve início no século XVII, quando se observou que nem todo conhecimento deve-se aos sentidos. Quem primeiro levantou as primeiras hipóteses foi Descartes,⁽²⁾ quando descobriu que as

2— Aula do professor Franco Lo Presti Seminário no Curso de Mestrado em Psicologia da Fundação Gétúlio Vargas.

coordenadas geográficas constituem modelos que não são retirados da natureza. Tais modelos são construídos pela mente humana, e de certo modo, aplicados a realidade. Fica, então, estabelecido que as idéias existem na mente humana antes da experiência, ou seja, é a organização cognitiva que determina a experiência.

Não obstante, após a revolução industrial e burguesa, com o progressivo domínio da ideologia burguesa, surge o modelo empirista-positivista. Neste, se deu relevância ao método científico como uma forma de aproximação da realidade, pressupondo-se uma realidade não-dialética.

Nesta perspectiva o fundamento último reside na observação de fatos e descrição de regularidades em termos de leis e princípios o que não foi suficiente para explicar todos os princípios da aproximação do sujeito à realidade, nem em termos lógicos, pois a definição limitativa da lógica segundo Piaget (1978), deixa explicitamente de fora um certo número de problemas fundamentais. Estes são aqueles da relação de conhecimento entre o sujeito e o objeto.

Frente a esse impasse, outro progresso pode ser destacado. Trata-se do conceito de ruptura epistemológica desenvolvida por Bachelard (1977), que fez uma sistematização dos diversos campos de conhecimento e das ciências em geral, rompendo com a tradição continuísta. Postulou que toda ciência se caracteriza pela presença dos seus três elementos constituintes, a saber: é descontinuista, quer dizer, se relaciona a um dado momento histórico. Neste contexto histórico, os cientistas formulam um objeto teórico com o objetivo de uma aproximação a realidade, e ainda a ciência retifica uma trama de erros,⁽³⁾ ou seja, se dispõe frente aos obstáculos epistemológicos.

Ainda pode-se apresentar um quarto elemento que decorre dos três mencionados. Trata-se da dialética constituída e da dialética constituinte. A dialética constituída relaciona-se com os princípios da generalização de uma ciência e, como tal, está sob a dependência da dialética constituinte, relacionada aos aspectos das singularidades. Daí pode-se deduzir que a dialética constituída é uma força passiva, homogênea, revelada pelo modo de constituir-se. Trata-se portanto do processo de universalização. A dialética constituinte revela-se, por outro lado, como uma força ativa que está presente numa dada situação. Na verdade, a dialética constituída tem sempre efeitos de neutralização nos aspectos da dialética constituinte, mas, ao mesmo tempo, requer a presença de tais aspectos. A par dessa premissa assegura-se que a crise de ciência seria descartar aquilo de que necessita: a ideologia. Embora a ciência se apresente como dado exterior à ideologia, precisa do seu poder instituinte, uma vez que, se por um lado a ciência se distancia da ideologia, por outro lado é teoricamente a ideologia que a funda e a mantém enquanto tal, pelo fato de que na ciência opera a atividade pautada nas verdades formais, onde são explicitados conceitos, e na ideologia todo trabalho se faz a partir de noções, extraídas de um fenomenismo, por vezes, enganoso.

3— Os três elementos mencionados são: descontinuismo, localização num dado contexto histórico e retificações de possíveis erros.

Ainda com respeito à antinomia constituinte-constituído, vale salientar que o constituído revela-se como um substrato a um novo constituinte, o qual vai estruturar um novo constituído e assim sucessivamente. Esse mesmo movimento dialético está presente na relação ideologia-ciência.

Do exposto deduz-se que num contexto dialético os diferentes movimentos podem ser isolados para a obtenção de conhecimento (Veron, 1977). Neste exercício, geralmente ocorre uma distorção da realidade, que concorre para o aparecimento dos obstáculos epistemológicos, surgidos em torno do constituinte. Com isto se está pontuando a importância desse aspecto em toda prática científica.

É provável que Althusser (1978a), ao introduzir o conceito de sobre-determinação entre a prática social e a prática científica, não tenha dado tanta importância ao aspecto constituinte mencionado, quando chegou mesmo a afirmar que toda ciência surge na história das teorias, fazendo aparecer no cenário sua pré-história com a qual rompe, consignando-a como errônea, falsa.

Desse modo, Althusser ao se utilizar do conceito acima referido, o faz num modelo positivista de conhecimento, ao considerar o homem como conceito de estudo, estendendo-se, assim, a todos os fenômenos e objetos. De resto, deixa entrever a fratura entre as ciências da natureza e as ciências humanas. De certo modo, constata-se ao nível de uma produção teórica ou até mesmo na prática que o fator constituinte estabelece toda uma ideologia, uma visão de finalidade em termos do objetivo do conhecimento. Necessariamente, isto corresponde aos interesses de classe, que são tão divergentes enquanto haja a diferenciação da sociedade em classes, (Lapassade, 1979).

O resultado observado é então a existência de uma corrente metodológica baseada em Althusser. Embora se caracterize como marxista, define a ciência como neutra, e se diferencia em termos da utilização que se possa fazer da mesma. Isto, para Mc Lennan, Molina e Pettes (1983), é em parte um trabalho incompleto e em parte é um erro reacionário, pois representa aceitar a ciência tal como é definida pela ideologia burguesa em sua essência, onde se renuncia definir os próprios instrumentos de conhecimento de classe. Além do mais, para Geiger (1972), o próprio instrumento tem uma série de limitações em termos do seu uso. Então, se faz necessário questionar a validade da ciência burguesa sem haver uma reflexão sobre seu poder absoluto que impõe às demais classes.

A esta tarefa se empenhou Hornstein (1973), ao investigar as aplicações da psicanálise em termos do desejo da classe dominante. Para tanto, propõe uma mudança no campo de questionamento, sobre os três componentes do método científico: a matéria-prima sobre a qual se pratica o exercício da psicanálise, onde se opera, promovendo transformações). Neste caso, se faz necessária a distinção entre objeto real (o existente) e o objeto de conhecimento (o que é capturado, constituindo-se como a essência do objeto real). Este objeto de conhecimento — objeto formal abstrato — é o de interesse do epistemólogo em termos práticos.

O questionamento deve estar centrado também sobre a ferramenta teórica, ou corpo teórico pré-existente, onde se circunscreve o objeto de conhecimento

abstrato, passando de uma generalidade ideológica para uma generalidade científica. Este é o momento onde se produzem novas ferramentas teóricas, e é esta a questão que atinge por completo a psicanálise, em termos de sua "praxis".

III

"Não existe ideologia senão através do sujeito e para o sujeito."

(L. Althusser: Aparelhos ideológicos do estado).

Na seção anterior, descreveu-se os modos de aproximação à realidade. Em última análise, trata-se dos processos de conhecimentos sobre o objeto. Para Althusser (1978b), este processo se alcança às custas da formulação de um discurso teórico que tem por objetivo o conhecimento de objetos reais, quer em sua individualidade, enquanto estrutura de uma formação social, quer em termos dos modos desta individualidade onde se inscrevem as conjunturas sucessivas para a existência da formação social.

O conhecimento desses objetos reais resulta do modo de produção, em cujo resultado, ressaltou Marx (1982), observa-se a interferência de uma síntese é o resultado da combinação de dois tipos de elementos: teóricos e empíricos. Enquanto os primeiros falamos de um objeto formal abstrato, os últimos dizem respeito às relações de singularidade dos objetos concretos. Entrementes, os conceitos empíricos realizam os conceitos teóricos no conhecimento dos objetos concretos. Aqui então, o conceito de modo de produção é apenas uma conjectura, pois se refere ao modo de produção em geral, e não a um objeto existente no sentido estrito. É apenas neste sentido que se pode fazer uma análise do marxismo, pois, para Althusser (1978b), tal sistema não versa sobre um objeto real concreto, como, por exemplo, a luta de classes, mas trata de um objeto formal abstrato.

Com o intuito de caracterização, pode-se afirmar que o marxismo repousa em princípios filosóficos — o materialismo dialético (que corresponde às obras da juventude de Marx), e em princípios científicos (o materialismo histórico). As obras da juventude de Marx se revelam como as obras arqueológicas do marxismo enquanto ciência. A ruptura nas obras de Marx marca, segundo Althusser (1978b), o aparecimento de uma nova forma de pensar que irá se refletir numa prática, com o objetivo de uma intervenção no real.

Quanto ao materialismo histórico, trata-se de uma epistemologia materialista, pois se opõe ao idealismo, na medida em que prima pela existência da matéria com relação ao pensamento. É racionalista, pela importância dada às categorias da razão e do pensamento racional. É descontínuista, pela apreciação que faz do processo de produção de uma ciência, admitindo que entre este e a ideologia pré-científica precedente há, conforme salientou Bachelard (1977), um salto qualitativo. Este resulta da crítica da ciência constituída em relação à ideologia que antecedia, o que configura uma relação de descontinuidade crítica.

Considerando o objeto formal da ciência e da história em termos do materialismo histórico, tem-se de representá-lo do seguinte modo: em princípio, conforme indica Veron (1977), Marx, ao definir o modo de produção, distinguiu a super-estrutura e a infra-estrutura. Concebeu a infra-estrutura como a base material pela qual a sociedade subsiste através da produção de bens materiais. A super-estrutura corresponde aos outros setores, nos quais se incluem: o setor das práticas ideológicas, relacionado com o processo de produção e com a doutrinação, e um outro, o jurídico-político.

A estrutura econômica, segundo Veron (1977), revela as relações de produção, enquanto que o setor das práticas ideológicas trata das relações sociais de produção, onde se observa a ideologia e a administração do poder. Essa instância ideológica é reveladora da consciência que o homem tem do seu lugar na estrutura social. Por fim, os mecanismos jurídico-políticos mostram como o Estado,⁴ no uso da violência, atua para a manutenção do poder.

Essa separação é meramente didática, pois, na realidade, esses processos se interceptam uns nos outros, visto que vai havendo relações técnicas de produção, não haverá naturalmente meios de produção; e, na ausência de organizadores das relações técnicas, não haverá o trabalho.

Ainda com respeito ao materialismo histórico, vale ressaltar que para representá-lo pode-se imaginar três instâncias como círculos com áreas independentes e com áreas de interseção, pelo fato de que para Escobar (1979), todo modo de produção tem um determinante que é em última instância sempre realidade econômica. Há também neste processo a ideologia dominante, que pode ser a estrutura econômica ou não. Na realidade, existe sempre num modo de produção uma instância que é dominante, fundamental na reprodução das características do modo de produção e da maneira como este se diferencia de outros pelas suas características.

Esta instância é decisiva para a transformação desse modo em outro, e eventualmente promove as mudanças necessárias para uma reorganização estrutural, cujo resultado recai na forma diferenciada do modo de produção, Althusser (1983).

A questão da instância determinante não figura claramente no pensamento marxista. Trata-se de uma reformulação de Althusser (1978a) ao aproximar os conceitos psicanalistas e estruturalistas ao conceito de modo de produção. Esta totalidade complexa estruturada, hierarquizada, apresenta um tipo de causalidade denominada por Veron (1977) de sobredeterminada. Esta resulta da transposição de um termo da epistemologia freudiana estabelecido para a compreensão do aparelho psíquico, e sua aplicação no intuito de explicar o funcionamento do modo de produção, onde surgem as instâncias ideológicas. Sob este prisma, a ideologia seria a instância que representa o substrato político-filosófico, pelo qual toda atividade humana é compreensível num todo harmônico e coerente.

4— O termo Estado é aqui empregado de acordo com a aceção althusseriana, exposta em "Aparelhos ideológicos de estado".

É desta maneira que a ideologia apresenta sempre uma finalidade lógica, onde a razão burguesa se constitui como imperativa de modo a justificar e explicar a necessidade de um certo modo de organização social, de certos valores culturais, de um certo código de relação humana e enfim, enfatizar o modo de produção e a relação econômica.

É por esta razão que Geiger (1972) afirma que a ideologia constitui um vínculo de mascarar uma realidade social determinada, mediante o qual passa a interiorizar o sistema de normas coletivas considerando-as como naturais. É aí que a falsa consciência tem lugar, como manifestação de uma consciência desrealizada (Lapassade e Pourau 1973). Essa manifestação tem o valor de uma mistificação, expressa pela deformação interessada enquanto efetivo na luta de classes. Sendo assim, a ideologia apresenta no seu escopo três imagens da classe dominante: uma imagem de si própria para os outros, que é apresentada como glorificada. A segunda imagem refere-se à divulgação de uma imagem dos outros para a classe dominante que é desprezada, a ponto de se estabelecerem valores específicos. Por último, uma imagem de si própria para a própria classe dominante que é exaltada, em função de que a razão humana é o único princípio de organização.

Evidentemente, na condição de que as idéias da classe dominante são sempre as dominantes, a ideologia é para esses autores a consciência e a representação que a burguesia tem da realidade, de acordo com a posição e os interesses que lhes são próprios.

Considerando esta proposição, pode admitir que a ideologia é um sistema (tem uma lógica e um rigor próprios) de representações (imagens, mitos, idéias, conceitos) dotado de uma existência e um papel historicamente situados numa dada sociedade.

Outrossim, para Lapassade e Lourau (1973), é Engels quem apresentou uma definição mais desenvolvida do termo ideologia ao considerá-la como o processo utilizado pelo pensador, de forma consciente, mas necessariamente com uma consciência falsa, visto que as verdadeiras forças motoras escapam ao conhecimento. A falsa consciência de Engels remete, sem dúvida, a uma consciência verdadeira, pois a existência de uma implica na presença da outra. Assim sendo a ideologia, embora não seja inconsciente, no sentido dinâmico do termo, participa do inconsciente através daquilo que a motiva, (força-motriz) e da consciência, embora seja uma consciência falsa.

Convém então situar uma questão visto haverem dois tipos de consciência falsas. Uma que resulta da deformação sub-realista onde se observa uma identificação excessiva e outra que resulta da deformação super-realista onde se evidencia uma insuficiência de identificação. Nessas duas categorias o sub-realista racionaliza a realidade em demasia enquanto o super-realista não consegue racionalizá-la suficientemente, pois procura açambarcá-la em sua totalidade. De um modo ou de outro, está evidenciada a falsa consciência ideológica, o que é fundamental para garantir a distinção de classes e a doutrinação da classe dominada. Isto permite-nos deduzir que existem dois tipos de ideologia. Um da classe dominante,

que é aplicado a classe dominada e o outro desta última, que se expressa na incorporação e atendimento da ideologia da classe dominante, para que esta assegure sua coesão nas relações dos homens entre si com suas tarefas onde se reforça a dominação de classes.

É característico das ideologias dominadas constituir um instrumento de troca do "status" mantido pelas classes detentoras do poder. Assim, a ideologia burguesa é, na concepção de Escobar (1979), sempre dominante e, portanto constitui-se como máscara alienadora da violência de classe que impõe às massas. Para isto, essa instância ideológica se utiliza dos aparelhos ideológicos do estado fazendo persistir tal estrutura. Assim, tem-se, segundo Althusser (1983), na ideologia, um efeito de desconhecimento pautado ilusoriamente no reconhecimento. Neste marco teórico, a ideologia é tanto uma ilusão quanto uma alusão, onde o efeito de tal articulação estaria sempre a serviço da reprodução das características de um modo de produção.

Em suma, a ideologia é sempre um discurso sobre as aparências, que apresenta um certo reconhecimento da realidade com consistência e coerência, não sendo um movimento unidirecional, ao se encontrar sempre no âmago de qualquer processo de elucidação científica, como na luta de classes. Constitui-se ora como uma tendência regressiva, ora como uma tendência a desvirtuar, a confundir os conceitos científicos. Assim, a ideologia é um campo no qual se trava uma intensa batalha. Assim, nos aproximamos do conceito de vigilância teórica de Althusser (1978a), onde os conceitos científicos sofrem distorções para terem uma utilização indevida.

IV

"Não existe prática senão através e sob uma ideologia".
(L. Althusser — Aparelhos Ideológicos do Estado.)

Pode a técnica psicanalítica (processo de transformação), ser isenta de contaminações ideológicas? Os fundamentos epistemológicos são suficientes para açambarcarem todas as nuances da técnica? Não é cada proposta teórica uma tentativa de fechar uma lacuna existente na prática, ou ainda, que quem utiliza o instrumental teórico da psicanálise diante dessa lacuna faz um fechamento em termos ideológicos?

Essas e outras questões não são tão simples, nem tão fáceis de serem respondidas. Em princípio, para tratá-las se faz necessária uma abertura entre a realidade da clínica (a prática) e as limitações da teoria, a fim de que seja possível uma compreensão das transformações produzidas. Isto concorre para se focar o problema nos seus três aspectos: a matéria-prima que sofre a transformação; o instrumental utilizado (referencial teórico) e os dispositivos técnicos vinculados (prática). Assim, a produção decorrente da psicanálise viabiliza-se em seus dois contextos: a teoria e a técnica.

Quanto à técnica, é necessária sua circunscrição para daí se objetivar qual nível corresponde a uma atividade científica e quais níveis são inferências ideológicas. Além do mais, deve-se executar um esforço para verificar a articulação da técnica com aquilo que está determinado na teoria, para que com isto a prática situe-se como científica. (5)

Desse modo, prevalecem na técnica questões tanto de natureza ideológica quanto científica. Daí, a luta entre ciência e ideologia é um processo contínuo, pois a ciência vem se despreendendo das representações que num dado momento histórico uma dada sociedade utiliza como verdade. Assim sendo, o discurso científico é sempre um processo que jamais se acabará. A história da ciência é a história da formulação, deformação e retificação dos conceitos científicos (Bauleo, 1982).

Assim sendo, a história das ciências é caracteristicamente descontínuista, onde se observa a presença de um campo ideológico que repercute na maneira de pensar, de explicar, e que a ciência rompe com esse campo, estabelecendo um sistema conceitual. Neste sentido, faz-se necessário estabelecer uma distinção entre ciência e ideologia. Enquanto a ideologia opera com noções vagas em seu discurso, a ciência utiliza conceitos precisos, na medida do possível.

No trabalho do cientista se faz necessário saber definir um conceito para que não se incorra no uso de uma noção. Esta é uma das dificuldades presentes ao se utilizar a teoria psicanalítica em sua passagem à técnica.

É neste sentido que nos referimos à prática psicanalítica. Na medida em que a psicanálise é uma ciência, é então importante determinar as bases teórico-clínicas da prática para que se obtenha, assim, um certo distanciamento da ideologia.

Em princípio, temos que definir prática, conceito que nos remete ao conceito marxista de práxis. É no desenvolvimento desse conceito que se depara com a vinculação entre a ideologia e o dogma, pois se definem por uma exigência de resultado na ação, quer dizer, na práxis. Aqui se evidencia a lacuna que existe entre o pensamento e a realidade, que é apreendida a nível cognitivo, e, assim, tem-se uma apropriação do real.

A práxis é, então, definida por Marx (1982) como uma unidade de pensamento e ação, quer dizer, a ação transformadora conduzida por um pensamento sobre aquilo que será transformado.

No tocante à prática, a psicanálise deve passar por um processo de depuração, valendo-se de uma prática científica para chegar a uma transformação da própria ideologia, que se mostra como matéria-prima, a ponto de as noções ideológicas poderem ser revertidas num conhecimento teórico mediante o trabalho conceitual.

Em termos técnicos, a psicanálise, como todo e qualquer saber que possibilita uma transformação, está inserida numa relação de produção social, sendo in-

5. — Pode-se admitir que a técnica psicanalítica está circunscrita na metapsicologia e deve ser fiel aquilo que neste contexto é explicitado.

fluenciado o exercício da psicanálise pelo modo como se distribuem os bens dessa sociedade, o tipo de matéria-prima e o instrumental empregado.

Todas essas influências estão sujeitas a um açambarcamento ideológico, que se realiza por meio da palavra, pois a linguagem é o meio privilegiado na psicanálise como instrumento de intervenção e pode ser naturalmente o agente mais eficaz de propagar ideologia.

Em suma, o movimento ideologizante que se estabelece em função da linguagem refaz, em parte, a alienação do sujeito falante (analisando) num sujeito verbal e cria um grau de fetichismo da palavra-mercadoria (discurso do analista).

Todos esses efeitos são inaparentes. Este é o fenômeno reconhecido por Valabrega (1983) de ideologia no presente. Tal fenômeno é semelhante à transferência na psicanálise, pois é ao mesmo tempo tão evidente e tão oculto.

V

"A psicanálise não pode, portanto, se livrar dos efeitos das leis, inclusive aquelas que ela mesma descobriu".
(Valabrega — A formação do psicanalista.)

Os teóricos da psicanálise, envolvidos integralmente na prática estão, na maioria das vezes, buscando uma resposta para seus próprios problemas pessoais ou, por outro lado, estabelecem um espaço fechado de modo a girarem em torno de si o saber.

Esta é a situação mais freqüente nas intuições onde se diz "ensinar a psicanálise" através dos indivíduos chamados "didatas". Nessa agência, a situação encontrada é a seguinte: ideologias e ideólogos de filiação mais ou menos semelhantes se associam quanto à prática regida por uma filiação teórica comum. Não obstante, a crença de que tais didatas se fazem passar por homens da ciência é mística. Isto deve-se, conforme assinalou Althusser (1983), aos componentes de ilusão e alusão presentes na ideologia, utilizados em larga escala pelos ditos psicanalistas.

De qualquer modo, o processo ideológico presente na psicanálise é semelhante àquele que se faz na ideologização marxista. A afirmação de Geiger (1972) sustenta que a prática psicanalítica não é de certo semelhante a uma prática política de Marx. De qualquer modo, seja num campo ou noutro, o momento em que esses praticadores fazem a ciência é aquele em que suas atividades, ao invés de serem místicas, têm a características de ocupar o lugar do mito, suplantando-o. Sem dúvida, a ciência e o mito têm uma superposição. Neste caso, os mitos expressam parte do conhecimento, ainda que simplesmente empírico.

A questão do mítico em que se articula a prática da psicanálise está centrada sobretudo naquilo que se denomina seu ensino. Neste caso, tem-se uma ilusão, dissipada nas instituições formadoras de psicanalista onde se acredita que se promove uma transformação desses indivíduos, tanto no âmbito do conhecimento quanto no âmbito de sua saúde mental. É claro que, tratando-se de uma profis-

são complexa e de profissionais que se encontram num grau de abstração elevado, o problema não é tão simples assim.

Em primeiro lugar, é relevante a indagação relativa à causa última pela qual o indivíduo busca uma formação psicanalítica. Seria uma mera aquisição de saber ou uma busca de tratamento para seus problemas pessoais?

A resposta não é tão fácil de ser dada. Mas, se considerarmos que tratando de indivíduos onde seja visualizado um nível de abstração simples, pode-se tecer considerações mais precisas. Sabemos que o indivíduo que tem um nível de conhecimento baixo vai à escola para aprender e vai ao médico para curar-se. Neste caso, a separação pode ser feita sem oferecer grandes complicações. No entanto, existem casos onde se torna difícil se dizer se o indivíduo procura a escola para aprender e o médico para curar-se. Desse modo, é possível que possa haver casos em que a falta de conhecimento deva-se a um bloqueio neurótico, como também deve haver casos em que essa falta pode ser o resultado de um nível intelectual reduzido. Não obstante, essa observação só pode ser feita onde os níveis de abstração são bastante simples. Na condição de uma maior complexidade desses níveis é difícil saber se o desconhecimento deve-se a bloqueio neurótico ou a uma incapacidade intelectual.

Acreditamos que os pretensos a uma formação psicanalítica não escapam a essa situação, como também aqueles que se dizem didatas.

No contexto psicanalítico, Valabrega (1983) afirma que a ideologia tem a função de mito (o saber dos didatas) e a estrutura do sintoma (a situação do formando). Assim, fica evidenciada em tal processo uma ideologização, pois o analista didata assume o papel da classe dominante, e o formando assume o papel de classe dominada. Esta mesma situação ocorre na situação terapeuta-paciente, quando a ideologia funciona de modo a ocupar o lugar do analista, pois os psicanalistas estão sempre sujeitos a caírem num processo de ideologização e trabalham nele com ardor.

Sem dúvida, Freud (1974) esteve atento a essa possibilidade. Assim, se posicionou contra toda iniciativa de se introduzir um elemento ideológico na análise, de modo a convertê-la num instrumento ideológico. Foi, talvez, por isso que Freud era tão incisivo ao afirmar que o analista em suas sessões não deve se entregar a deambulações, nem tampouco manifestar suas preferências políticas, religiosas ou outras. Valabrega (1983) qualifica os analistas que defendem a teoria, (afirmando ser o analista um revolucionário político), como aqueles que estão imbuídos da falsa consciência apenas. Para esses analistas, o objetivo da análise não seria a cura, mas a transformação do paciente num militante da revolução cultural. Mas, será isto o que se faz nas instituições de formação?

Assim sendo, o objeto último da análise deve-se posicionar na cura, fundamentando-se na busca da verdade. Essa verdade, Freud (1974) já teria insinuado, que deve ser buscada no inconsciente, embora o inconsciente seja da ordem do mito, é possível a análise fazer uma substituição do próprio mito pelo uso da palavra. Neste caso, torna-se muito difícil o ensino da psicanálise. Tal tarefa, sem dúvida, está impregnada de ideologias que obscurecem o modo de produção e

onde o saber é usado enquanto poder num processo de submissão, pois todo ensino é potencialmente demagógico, e o ensino de uma prática não está isento, de uma contaminação ideológica.

É na intenção de ensinar a psicanálise que o analista transpõe-se do seu lugar de cientista para ser um ideólogo. Esta mudança pode ser entendida à luz da teoria althusseriana como relacionada às formas do processo econômico de produção e à distribuição de bens materiais, pois nas ditas instituições de formação, o psicanalista é um distribuidor de psicanálise.

Na opinião de Valabrega (1983), a ideologização didática reduz a análise a uma mercadoria onde o psicanalista didata torna-se um distribuidor dela.

Em termos mais gerais, o problema se remete a questão da ciência-ideologia. Com respeito à psicanálise, não se tem apenas uma ciência ou uma ideologia, pois, na medida em que pretende passar como ciência, constitui uma manipulação ideológica que serve aos interesses de um grupo social determinado, como é também a educação. Não obstante, ao delimitar seu campo de investigação e de conhecimento no inconsciente, a psicanálise dá sentido de verdade a um nível da validade humana, mas pretender converter esse nível em visão totalizadora é cair num ideologismo, pois aí se configura uma forma de mascarar o real.

A par do exposto, podemos conceber, então, que a prática analítica como experiência tem a ver com a verdade, verdade essa encontrada no inconsciente. Mas, a ideologia reside no fato de que o psicanalista na sua prática pretende não implicar-se pessoalmente, fazendo somente uma transmissão, onde se visualiza uma série de valores da sociedade burguesa. Esta é a violência sutil da prática analítica.

Assim, acreditamos ser possível que esses impasses não estejam sempre presentes na técnica psicanalítica, pois tal empreendimento não é de modo algum a repetição de um ritual. Seu sentido é sempre dado pela teoria.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALTHUSSER, L. *Posições 1*. Rio de Janeiro, Graal, 1978a.
———. *Sobre o trabalho teórico*. Lisboa, Presença, 1978b.
———. *Aparelhos ideológicos de estado*. Rio de Janeiro, 1983.
- BACHELARD, G. Conhecimento comum e conhecimento científico. In: BACHELARD, G. *Epistemologia*. Rio de Janeiro, Templo Brasileiro, (28): 27-46, 1972.
———. *Epistemologia*. Rio de Janeiro, Zahar, 1977.
- BAULEO, A. *Ideologia, grupo y familia*. México, Folios, 1982.
- ESCOBAR, C.H. *Ciência da história e ideologia*. Rio de Janeiro, Graal, 1979.
- FREUD, S. *O inconsciente*. Rio de Janeiro, Imago, 1974.
- GEIGER, T. *Ideologia y verdad*. Buenos Aires, Amorrortu, 1972.
- HORNSTEINS, B.L. *Teoría de las ideologías y psicoanalisis*. Buenos Aires, Kargieman, 1973.
- LAPASSADE, G. *El analizado y el analista*. Espanha, Gedisa, 1979.
- LAPASSADE, G. & LOURAU, R. *Para um conhecimento da sociologia*. Lisboa, Assirio e Alvim, 1973.
- MARX, K. *O capital*. Rio de Janeiro, Zahar, 1982.
- MARCOUSE, H. *Eros e civilização*. Rio de Janeiro, Zahar, 1981.

- McLENNAN, G., MOLINA, V. e PETTES, R. *A teoria de Althusser sobre ideologia*. In: ALTHUSSER, L. et alii. *Da ideologia*, Rio de Janeiro, Zahar, 1983.
- MORA, E. et alii. *Salud poder y locura*. Madrid, Fundamentos, 1982.
- PIAGET, J. La notion de structure. In: *La pensée scientifique*. New York, Unesco, 1978.
- REICH, W. *Análise do caráter*. Lisboa, Martins Fontes, 1972.
- VALABREGA, J.P. *A formação do psicanalista*. São Paulo, Martins Fontes, 1983.
- VERON, E. *Ideologia: estrutura e comunicação*. São Paulo, Cultrix, 1977.